

From: [Rafael Teixeira](#)

To: saesp@inpi.gov.br

Cc: monobrasil@googlegroups.com

Sent: Thursday, March 22, 2012 9:34 AM

Subject: Minha posição resumida sobre Patentes de Software: Elas prejudicam a inovação e a consequente melhoria da condição de vida da maioria da população

Premissa: Como o governo brasileiro se estabelece em uma democracia e portanto é para o povo, favorecer elites, nacionais ou estrangeiras, é simplesmente um crime de alta gravidade que não deve ser perpetrado.

O embasamento matemático do desenvolvimento de softwares e sua natureza ainda mais cumulativa que a maioria das demais ciências aplicadas, torna o patenteamento de qualquer algoritmo, ou agrupamento destes, (e tudo em software pode ser reduzido a um agrupamento de algoritmos), um entrave enorme ao desenvolvimento de milhares de funcionalidades diferentes das imaginadas pelo proponente da patente, isto já configura um abuso do monopólio que lhe pode ser concedido.

Não há como tornar patentes de software tão específicas, em contraposição aos escopos amplamente genéricos descritos acima, para impedir os abusos ou avaliar a real originalidade da 'invenção', e isso só encareceria e alongaria o processo de aprovação das patentes, e mesmo os processos judiciais que poderiam delas decorrer, como se vê bem exemplificado nas disputas ora acontecendo nos EUA, na Europa e Ásia, especialmente na área de Mobile.

É uma armadilha, que favorece no curto prazo apenas algumas grandes corporações, que ao invés de realmente investirem em inovação, trabalhando de forma colaborativa em certas frentes para trazer uma redução no custo total de invenção, gastam mais com advogados do que com engenheiros para garantir que tecnologias antiquadas ou marginalmente melhores que as atuais lhes fiquem exclusivas por um tempo absurdamente longo, frente ao ritmo de inovação necessário para atender as necessidades e desejos da sociedade brasileira e global. Essa armadilha se volta no médio e longo prazo contra as próprias corporações que armaram-na e que hoje arriscam perder bilhões em longos processos de dúbia validade.

Concluindo, o Brasil precisa nadar contra essa onda suicida, tocada pelo insensato lobby das grandes corporações transnacionais, e firmar posição contra as patentes de software, e pelo incentivo ao que efetivamente aumenta o ritmo e qualidade da inovação, que é o compartilhamento de informação e o subsequente desenvolvimento colaborativo.

O potencial de diferenciação no mercado, que é a base para que se mantenha a competitividade, advem não das inovações tecnológicas per-se mas no que pode ser agregado, com esmero, no produto final, especialmente nos produtos ampliados, onde serviços e interoperabilidade são adicionados como peças fundamentais.

Grato pela atenção,

Rafael "Monoman" Teixeira
Engenheiro Eletrônico (Poli-USP)
Desenvolvedor de Sistemas (pelos últimos 35 anos)

"The most exciting phrase to hear in science, the one that heralds new discoveries, is not 'Eureka!' (I found it!) but 'That's funny ...'"

Isaac Asimov

US science fiction novelist & scholar (1920 - 1992)

RESPONSÁVEL: Rafael Teixeira

DATA DE ENVIO: 22/03/12

RESPOSTA:

Face à natureza das manifestações, acreditamos ser importante esclarecer alguns pontos, considerados mais relevantes.

Ao longo dos últimos anos a evolução tecnológica em diversos segmentos, aliada ao grande avanço no campo da eletrônica, tem tornado cada vez mais frequente a implementação de determinada criação através de programas de computador em praticamente todas as áreas de conhecimento, não só nas ciências exatas, mas também nas biológicas e até mesmo na área das ciências humanas. Desta forma, torna-se imprescindível a definição precisa dos procedimentos a serem seguidos durante o exame dos pedidos de patente envolvendo tais campos técnicos.

Assim sendo, gostaríamos de enfatizar que o objetivo principal das Diretrizes apresentadas é o de divulgar a posição do INPI com relação à Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI), em especial do seu Art. 10, e os procedimentos adotados no exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem a ou se baseiam em implementações por programas de computador.

O Art. 6º da LPI garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. A não concessão de patentes para invenções implementadas por programa de computador, mais especificamente de processos, configuraria dar tratamento diferenciado a diferentes setores da tecnologia meramente devido à sua forma de implementação, ferindo o direito do inventor, e contrariando o Art. 27 do Tratado TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Em outras palavras, o fato da implementação de uma nova técnica ou processo ser realizada através de programa de computador não tira o direito do inventor. É importante esclarecer que as Diretrizes procuram estabelecer claramente a diferença entre invenções implementadas por programas de computador e programas de computador propriamente ditos ("em si").

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.

No âmbito dessas Diretrizes, um algoritmo é visto como um processo ou sequência de etapas a serem realizadas para se atingir um objetivo. Essa definição é mais ampla do que apenas considerar um algoritmo como uma simples ideia ou um conceito puramente matemático. Entretanto, para ser considerado invenção, é necessário ainda que o algoritmo solucione um problema técnico e não se enquadre em algum dos incisos do Art. 10 da LPI. Assim, conforme a definição adotada, uma vez que um algoritmo pode possuir

características técnicas e estar ligado à solução de um problema técnico, esse algoritmo e um programa de computador em si são considerados objetos distintos, o algoritmo podendo ser considerado invenção, e portanto passível de proteção por patente (na forma de método ou processo), e o programa de computador não.